

Ministro Wagner Rosário abordou os principais desafios e benefícios advindos do processo de acesso do Brasil à OCDE. Evento, em São Paulo, foi promovido pela ICC Brasil e a International Bar Association



A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, no último dia 6 de maio, em São Paulo, do evento “Agenda de integridade no Brasil e acesso à OCDE”, promovido pela ICC Brasil e a International Bar Association (IBA). O ministro da CGU, Wagner Rosário, palestrou em painel sobre “As discussões para a acesso à OCDE: o que mais deve ser feito”. O público foi formado majoritariamente por advogados.

O objetivo do encontro foi o fortalecimento das políticas de integridade, com avanço na adoção das melhores práticas internacionais para promoção de um ambiente de negócios transparente e com boa governança.

Wagner Rosário abordou os principais desafios e benefícios advindos do processo de acesso do Brasil à condição de membro permanente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse sentido, informou que o Brasil está realizando amplo trabalho de revisão dos instrumentos da OCDE a fim de verificar a aderência do país a cada um dos mecanismos daquele organismo internacional.

Especificamente sobre a área de combate à corrupção, o ministro da CGU falou sobre o processo de monitoramento das recomendações da OCDE, bem como a inclusão dos temas endereçados pelo organismo no Plano Anticorrupção do Governo Federal. Por fim, Rosário enalteceu o papel do setor privado no fomento à integridade e ao combate à corrupção.

A moderação do painel coube ao diretor-executivo de Governança e Conformidade da Petrobras, Salvador Dahan; ao representante do Comitê Anticorrupção da IBA, Leopoldo Pagotto; e à diretora de Ética e Compliance da América Latina da Natura&CO, Juliana Darini.

O evento contou com a participação do diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Advocacia-Geral da União (AGU), Homero Andretta Junior, e do chefe do Grupo de Trabalho sobre

Suborno da OCDE, Drago Kos.

Fonte: Controladoria-Geral da União, em 23.05.2022